



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJC - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Lici. Projeto Básico nº 2925349/2017-DITEC/PF

**PROJETO BÁSICO<sup>1</sup>**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º ...../2017

(Processo Administrativo n.º 08200.005545-2017-14)

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 2925349/2017-DITEC/PF

Processo nº 08200.005545/2017-14

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de serviço de restauração e recuperação de fibra óptica mediante processo de conectorização (fusão de fibra óptica):

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO
1	Conectorização (fusão) de conectores de fibras ópticas	19690	unidade	60	R\$ 76,16	R\$ 4.569,60

Os serviços de conectorização serão nas seguintes condições e exigências:

- Deverão ser realizadas as fusões e conectorizações dos conectores no edifício da Diretoria Técnico-Científica e do Instituto Nacional de Criminalística, sendo todos os conectores SC novos e de primeiro uso, em conformidade com as normas NBR 14565 e a ANSI/TIA/EIA-568C.3;
- Todo o processo deverá ser acompanhado por um técnico designado pela Área de Tecnologia da Informação;
- A CONTRATADA deverá empregar às suas expensas exclusivas toda a mão de obra e demais serviços, como conectorizações, testes de conectividade e certificações da devida transmissão de dados, bem como todos os materiais e equipamentos necessários ao serviço;
- A CONTRATADA deverá apresentar cronograma dos serviços a executar, para aprovação da CONTRATANTE, respeitando os horários de realização do serviço, que deverão ser feitas dos horários de 08h às 12h e 14h às 18h e em dias úteis e **em dias não úteis (sábados e domingos)**;
- Os serviços deverão ser efetuados em cronograma de forma a não afetar todo o funcionamento dos serviços já em operação, garantindo a continuidade dos serviços atuais aos usuários;
- Durante a instalação e testes, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo fornecimento e segurança de todo o ferramental de instalação e instrumental de testes;
- Deverá ser entregue a comprovação de teste de conectividade e perda de sinal.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- A contratação de serviços de fusão e conectorização de fibras ópticas para o prédio desta Diretoria Técnico-Científica e do Instituto Nacional de Criminalística visa manter a disponibilidade e qualidade da rede, bem como serviços de internet e intranet.
- Dado que os conectores SC que se conectam aos Comutadores (*Switches*) encontram-se desgastados e deteriorados, gerando mau contato, resultando na degradação de sua capacidade de tráfego, causando lentidão nos sistemas informatizados e até mesmo na perda de dados.
- Atualmente urge a necessidade da transferência de grandes volumes de dados através da rede, em virtude da alta dependência por tecnologia, com a implantação do SEI - Sistema Eletrônico de Informações e aumento da quantidade de computadores e usuários.
- Esta contratação justifica-se devido à essencialidade dos serviços, de forma a prover a infraestrutura de acesso aos sistemas informacionais, impactando positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades desenvolvidas por esta Diretoria.
- Portanto, a não realização desta contratação compromete a dimensão e qualidade do fluxo de trabalho dos colaboradores desta Diretoria, afinal uma conexão crítica compromete o funcionamento de todo o sistema.
- A efetivação da fusão e conectorização de conectores SC traz como benefícios a qualidade da transmissão de dados e a redução da perda de dados, evitando congestionamento na rede desta Diretoria.

**3. ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

- Realizados os estudos técnicos preliminares, foram verificados as seguintes fibras ópticas com conectores SC:

BLOCO	ANDAR	CONECTORES SC	CONECTORES DE FIBRA MULTIMODO	CONECTORES DE FIBRA MONOMODO
Bloco A	Semi-enterrado	32	56	4
	Térreo	4		
	1º Pavimento	4		
Bloco B	Térreo	4		
	1º Pavimento	4		
Bloco C	Térreo	4		
	1º Pavimento	4		
Bloco D	Térreo	4		
TOTAL		60		

- Cada fibra possui 2 conectores SC cada, sendo que a maioria encontram-se com os conectores desgastados, em decorrência do tempo e do desgaste natural dos conectores acarretando em falha e perda na transmissão de dados para os equipamentos, além de ausência completa de transmissão em alguns conectores e fibras, dado a fragilidade que é a tecnologia.

- De maneira preditiva e preventiva faz-se necessário o processo de conectorização de todos os conectores SC de modo a manter a disponibilidade e qualidade da infraestrutura de rede oferecido por esta

área de Tecnologia da Informação.

3.4. Neste estudo técnico preliminar foi avaliado o processo de fusão, conectorização ou emenda de fibra óptica, sendo selecionado o processo de conectorização, pois:

Tipos de processo:	Aconselhado para:	Tipos de Fibras:	Perda de sinal (ruído) máxima	Perda por inserção	Vantagens	Desvantagem
<u>Emenda por Fusão</u>	Fibras com extensões acima de 2 km	Tanto para monomodo como multimodo	0,1 db		Para caminhos retos, longos e de pouca mudança de layout e configuração	Não aconselhável em fibras de extensões inferiores a 1 km ou 2 km. Além de alto custo de investimentos em equipamentos e consequentemente no serviço.
<u>Emenda Mecânica</u>	União de fibras de maneira mecânica, semelhante a um processo de bandagem (usado como paliativo)	Tanto para monomodo como multimodo	0,3 db		Não requer treinamento especializado	Paliativo para não perder a conectividade da fibra. Não recomendado para sistemas que demandam alta confiabilidade.
<u>Emenda por Conectorização</u>	Aplica-se conectores ópticos, é executada de forma rápida para conectores instalados nos cordões ópticos	Tanto para monomodo como multimodo	0,3 db		Rapidez para voltar a operacionalização do serviço, bem como pelo tamanho da dimensão da fibra	Necessita de uma conector óptico.

#### 4. VISTORIA

4.1. A vistoria é **facultativa**, porém, em alusão ao texto do Acórdão nº 889/2010, Plenário, do TCU, é salutar que a futura CONTRATADA conheça as condições locais onde serão cumpridas as obrigações objeto da contratação, a fim de identificar eventuais necessidades de adaptações que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços.

4.2. A CONTRATADA que abdicar da vistoria não poderá alegar a existência de impedimentos para a perfeita execução do objeto, amparada no desconhecimento das instalações ou do local onde realizará os serviços.

4.3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a pretensa CONTRATADA poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços antes da apresentação da proposta, acompanhada por servidor designado para esse fim, em dias úteis, das 08h00 às 12h00 ou das 14h00 às 18h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail [sti.ditec@dpf.gov.br](mailto:sti.ditec@dpf.gov.br).

4.4. Para melhor dimensionamento dos serviços e materiais necessários, a CONTRATADA poderá realizar uma nova vistoria nos locais afetados pelo objeto da contratação, devendo para tanto comunicar a TI/DITEC/PF pelo e-mail [sti.ditec@dpf.gov.br](mailto:sti.ditec@dpf.gov.br).

4.5. Qualquer vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, informando o nome completo e o número do documento oficial de identificação de cada um dos funcionários que farão a vistoria;

4.6. Todo o pessoal envolvido com a vistoria deverá estar devidamente identificado.

4.7. Qualquer custo com material adicional que seja necessário e que não esteja especificado claramente na proposta comercial da CONTRATADA será de sua exclusiva e única responsabilidade.

#### 5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por este termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a ADMINISTRAÇÃO, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 6. CRITÉRIOS AMBIENTAIS

6.1. Conforme a IN SLTI/MPOG nº. 01/2010:

- I - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- III - realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados durante a execução dos serviços e destiná-los às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- IV - Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

6.2. Caso o serviço de conectorização faça uso de materiais, eles deverão ser:

6.2.1. Materiais que no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

I - Os equipamentos que vierem a ser utilizados deverão respeitar os mesmos requisitos para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO – como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

II - Os equipamentos não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

III - A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre os presentes requisitos.

6.3. A critério do CONTRATANTE, selecionada a proposta, antes da firmada a contratação, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, poderão ser realizadas diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.

6.4. A não confirmação da adequação do produto enseja a desclassificação da proposta, ainda que monetariamente mais vantajosa.

6.5. Acerca da logística reversa, como disposto pela Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e em função de o objeto ter natureza de componente de produto eletroeletrônico, a CONTRATADA deverá se responsabilizar, com a aceitação da Nota de Empenho quando emitido, a receber os discos da contratante substituídos pelos discos objeto desta contratação, como retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, a fim de dar-lhe destinação ambientalmente apropriada.

6.5.1. O recebimento do material mencionado neste subitem deverá ser executado por meio da retirada do material por parte da CONTRATADA no setor de protocolo da CONTRATANTE, quando formalmente instada a tomar tal providência.

#### 7. MODALIDADE LICITATÓRIA

7.1. As características da contratação se submetem à previsão da modalidade de Pregão e enquadrada na dispensa disposta no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993, a depender do resultado da pesquisa de mercado.

" Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" (referente a modalidade convite: 80.000,00), do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez." (grifo nosso).

7.2. O objeto desta contratação visa a manter a disponibilidade da infraestrutura de redes e sua qualidade para os colaboradores desta Diretoria.

7.3. Quanto à pesquisa de mercado que norteia a escolha pela exigência ou dispensa da licitação, nos estritos termos da Lei 8.666/1993.

7.4. A pesquisa de preços foi realizada em observância aos ditames da IN 05/2014 - SLTI/MPOG.

#### 8. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Antes do início da execução dos trabalhos, a CONTRATADA encaminhará formalmente à TI/DITEC/PF o nome completo e o número do documento oficial de identificação de cada um dos funcionários que executarão os serviços.

8.2. Todos os funcionários da CONTRATADA deverão utilizar equipamentos de proteção individual apropriados e previstos em lei.

8.3. Qualquer dano causado pela CONTRATADA ou seus prepostos à CONTRATANTE, seja por imperícia, acidente, imprudência ou negligência, deverá ser reparado imediatamente.

8.4. No caso de necessidade de interrupção de outros serviços ou de funcionamento de equipamentos, esta interrupção deverá ser planejada e acordada com a CONTRATANTE com antecedência mínima de 1 (um) dia útil.

8.5. Qualquer alteração que seja necessária no decorrer da execução do objeto da contratação deverá obter aprovação prévia da CONTRATANTE.

8.6. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

a) Toda a execução dos serviços, desde o planejamento até a entrega do relatório de conclusão não poderá superar 30 (trinta) dias, a contar da data da formalização da contratação;

b) A CONTRATADA deverá credenciar junto à CONTRATANTE todo o pessoal que será empregado nos trabalhos;

c) A CONTRATADA e a CONTRATANTE deverão antes do início dos trabalhos, fazer uma reunião de planejamento de execução, definindo no mínimo as seguintes informações:

I - qual será a ordem de execução dos serviços, baseada nas quantidades do objeto;

II - qual será o eventual impacto dos trabalhos, durante a execução, na rotina de trabalho dos servidores da DITEC/PF;

III - qual e quanto será o material utilizado em cada etapa de conectorização, como conectores necessários e fusões necessárias definidas no Objeto, além de outros equipamentos.

d) O serviço somente será recebido se os cabos de fibras ópticas estiverem corretamente conectados, com a atenuação de sinal aceitável, bem como estiverem testados e certificados nos termos e de acordo com a NBR 14565 e a ANSI/TIA/EIA-568C.3;

e) Para a realização dos testes, deverá ser adotado pela CONTRATADA um equipamento scanner apropriado e deverão ser apresentadas as seguintes informações que serão registradas em relatório: comprimento de onda, nível de atenuação, largura de banda;

f) Ao final dos trabalhos e como requisito do recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE um relatório, com o timbre da CONTRATADA e em arquivo formato PDF, de todos os cabos que foram realizados as conectorizações, bem como do resultado dos testes e certificações efetuados, retratando a forma exata como foi cumprido o objeto contratado, dentro das exigências deste instrumento;

8.7. Ao final da execução dos serviços, a infraestrutura de rede deverá estar plena e completamente aptas para transmissão de dados, demonstradas pelos testes acompanhados por pessoal da CONTRATANTE, bem como os relatórios a serem entregues.

#### 9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as características neste Projeto Básico, especialmente no detalhamento do objeto, na forma de prestação do serviço, nas obrigações da CONTRATADA e na garantia.

9.2. Os serviços deverão ser prestados em dias úteis e não úteis, a ser acordado junto a CONTRATADA, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, nas dependências da Contratante, no SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul, Brasília-DF, CEP 70610-200.

9.3. A proposta deverá conter a relação detalhada dos materiais e serviços a serem empregados, como o apresentado na tabela meramente exemplificativa a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Conector SC	peça	60	R\$	R\$
2	Fusão	serviço	60	R\$	R\$
3	Certificação ou Relatório de testes	serviço		R\$	R\$
TOTAL GERAL					R\$

9.4. Em função de os serviços serem realizados em área de segurança, com acesso controlado, todo o pessoal envolvido deverá ser previamente credenciado junto à CONTRATADA, agir com zelo e tomar todas as precauções para não causar transtornos às pessoas e às instalações.

9.5. Os serviços serão executados nos locais mencionados na descrição do objeto.

#### 10. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Todo o material que vier a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e estar de acordo com as normas ANSI/TIA/EIA e NBR pertinentes.

10.2. O pessoal empregado para a execução do serviço deverá ter qualificação apropriada;

10.3. Todos o processo de conectorização deverá ser instalado dentro dos padrões de qualidade regulamentares e de mercado e deverão ser testados e certificados, nos termos deste Projeto Básico, pela CONTRATADA na presença de um técnico da Área de Tecnologia da Informação da DITEC/PF.

10.4. O teste e a certificação dos pontos de rede deverão ser efetuados por meio de equipamentos apropriados, como scanner, e deverão produzir as informações mínimas definidas nestes Projeto Básico.

10.5. Ao final dos trabalhos e como requisito do recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar à Contratante um relatório, com o timbre da CONTRATADA e em arquivo formato PDF, de todos conectores feitos e instalados, bem como do resultado dos testes e certificações efetuados dentro das exigências deste instrumento;

#### 11. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

11.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na quantidade e qualidade necessária à prestação dos serviços.

11.2. A CONTRATADA deverá empregar às suas expensas exclusivas todo o material eventualmente necessário, como conectores SC, equipamentos de decapagem, limpeza e outros que forem necessários para a realização do objeto.

11.3. Qualquer custo com material adicional que seja necessário e que não esteja especificado claramente na proposta comercial da CONTRATADA será de sua exclusiva e única responsabilidade.

11.4. Todo material utilizado na instalação dos pontos passará à propriedade e posse da Polícia Federal.

## **12. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

12.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada imediatamente após a formalização da contratação e deverá ser concluída em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.2. Os serviços deverão ser executados nas dependências da Contratante, no SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul, Brasília-DF, CEP 70610-200, nos horários a ser acordado com a CONTRATANTE.

12.3. Como requisito do recebimento definitivo do serviço objeto da contratação, a contratada deverá apresentar à Área de Tecnologia da Informação da contratante um relatório de certificação de todos os pontos, emitido por equipamento OTDR (reflectômetro óptico no domínio do tempo), atestando o perfeito funcionamento das fibras ópticas depois da realização dos trabalhos. O teste deverá ser realizado nos patch cords de cada sala de telecom envolvida e com o equipamento conectado à extremidade do patch cord oposta à extremidade conectada aos respectivos DIO. O relatório de certificação deverá demonstrar a atenuação óptica existente.

12.4. O relatório de certificação poderá ser aprovado ou reprovado pela TI/DITEC, em função do resultado apresentado no relatório. O serviço somente será recebido definitivamente caso o relatório de certificação de todas as conexões for aprovado.

12.5. A CONTRATADA deverá apresentar, no início dos trabalhos, um plano de projeto contendo o cronograma de execução das atividades, a relação do material empregado e dos técnicos da CONTRATADA que executarão os serviços, constando a referida qualificação de cada um, bem como a data de previsão de entrega. Este plano de projeto terá a natureza de projeto executivo.

12.6. Será admitida a reformulação do plano de projeto no desenvolver dos serviços, mas esta medida é excepcional, deve ser evitada e sua admissibilidade e conveniência serão avaliadas pela fiscalização do contrato, podendo ser rejeitada a reformulação e aplicação das sanções previstas neste instrumento. Em função disto, o plano de projeto deverá possuir estreita relação com as soluções técnicas demandadas neste Projeto Básico.

12.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

12.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere este item não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da execução incorreta do contrato.

## **13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2017, a cargo da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, no Programa de Trabalho nº \_\_\_\_\_, Fonte \_\_\_\_\_, Natureza de despesa nº \_\_\_\_\_.

## **14. PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

14.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

14.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

14.5. Não serão necessários desembolsos parciais no decorrer do tempo de execução, pois o serviço poderá ser executado em prazo curto (até 45 dias) e em uma única etapa, portanto, sem a necessidade de cronograma físico-financeiro.

14.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- d) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- e) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.
- f) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- g) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

#### **15. GARANTIA**

15.1. A CONTRATADA deverá prover garantia dos serviços, sanando todos problemas com as etapas de conectorização que tenham relação com o serviço objeto desta contratação, inclusive com substituição de materiais defeituosos quando necessário, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de emissão do termo de recebimento definitivo.

15.2. A solução completa dos problemas deverá ser apresentada em no máximo 2 (dois) dias úteis contados da data de abertura de ordem de serviço, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

15.3. A CONTRATADA deverá apresentar aos fiscais do contrato, como requisito para o recebimento definitivo, uma carta de responsabilidade comprometendo-se a cumprir os termos da garantia e onde conste o canal de contato para atendimento em dias úteis e em horário comercial (8X5) para a abertura de ordens de serviço (telefone, e-mail ou link do site eletrônico da CONTRATADA).

#### **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

16.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

16.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o art. 36, § 8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;

16.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

16.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

16.8. Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:

a) Relatório de testes, elaborado pelo responsável por sua execução;

b) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

17.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

17.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

17.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

17.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

17.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

17.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

17.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

17.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

17.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

17.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **18. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

18.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

18.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

18.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

18.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.9. 15.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

18.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **19. SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. A execução dos serviços compreende um único ramo de atividade (conectorização de fibra óptica) e, portanto, dispensa a subcontratação, pois a CONTRATADA terá condições técnicas e operacionais para a execução de todo o serviço.

19.2. Desta forma, não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.

## **20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não mantiver a proposta.

20.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

c) em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

I - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

d) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

II - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

f) impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem

pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

a) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, DF.

**ALESSANDRO DIAS GONÇALVES**  
PERITO CRIMINAL FEDERAL  
Responsável pela Área de Tecnologia da Informação

#### APROVAÇÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em vista o rigor técnico do presente instrumento, aprovo os termos do presente Projeto Básico e encaminho os autos ao SELOG/DITEC/PF, responsável pelas licitações e pela instrução das contratações, para dela extrair todos os elementos necessários à instrução do processo, nos termos da lei, e adoção das demais providências pertinentes à matéria a fim de que proceda à contratação por dispensa de licitação.

Reconheço a necessidade dos serviços que ora se propõe a contratar e sua essencialidade para o bom desempenho e funcionamento das atividades da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, em especial para que se efetive a qualidade e transmissão de dados.

Autorizo a elaboração do respectivo processo de contratação na forma da Lei nº 8.666/93, bem como seja observada a disponibilidade orçamentária e financeira tendo como parâmetro o valor estimado na pesquisa de preços mencionada neste instrumento, para fazer frente às despesas do objeto do procedimento em comento.

**JOSÉ JAIR WERMANN**  
PERITO CRIMINAL FEDERAL  
Diretor Técnico-Científico

1 Documento elaborado com base no modelo disponível em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/295795](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/295795). Acesso em 28 de julho de 2017.

Comissão Permanente de Atualização de Editais da Consultoria-Geral da União  
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços não continuados  
Atualização: Janeiro/2016



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DIAS GONÇALVES, Perito(a) Criminal Federal**, em 24/08/2017, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2925349** e o código CRC **3FABFDEC**.

Referência: Processo nº 08200.005545/2017-14

SEI nº 2925349